



PARTICIPAÇÃO E COMPROMISSO
GESTÃO 2009-2013

ASSOCIAÇÃO DOS ASSISTENTES SOCIAIS E PSICÓLOGOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DE SÃO PAULO

Boletim Eletrônico N°. 98 – 08 de Julho de 2011

Este boletim contém as seguintes matérias:

- Reunião com CRP
- Diretoria visita Bauru
- O SUAS é lei
- CNJ também fará mutirão em SP para livrar presos
- X Congresso Internacional de Saúde Mental e Direitos Humanos
- Lançamento do dossiê "O mundo contemporâneo do trabalho e a saúde mental do Trabalhador - I e II"
- Convênios: Promoções de férias

AASPTJ-SP reúne-se com CRP-SP



No dia 01.07 (sexta-feira) estiveram reunidas com o CRP-SP as diretoras Elisabete Borgianni, Esther Katayama, Mônica Carteiro e as associadas Pilar Isabel Traviesso e Claudia Suannes para tratarem de questões relativas à atuação do psicólogo jurídico em Varas de Família. Anteriormente a este encontro, foram realizados 2 encontros com os associados na AASPTJ-SP para o levantamento das demandas e

questões que foram tema do encontro no CRP.

Nesta reunião, o CRP foi representado pela presidente Carla Bianchi, a vice-presidente Maria de Fátima Nassif, as assessoras Rosana Cathya Mangini, Graça de Carvalho Camara e Gisleine Rede e a técnica do CREPOP Ana Maria Gonzatto. Uma das questões levantadas foi sobre o documento elaborado pelo CREPOP – [Referências técnicas para atuação do psicólogo em Varas de Família](#), que menciona que os psicólogos judiciários devem se ater ao âmbito da Psicologia, ao produzir documentos com conclusões psicológicas e não jurídicas. O grupo constatou que no trabalho judiciário o psicólogo precisa tomar o cuidado para não ficar “contaminado” com o discurso da instituição, mas perceber as fronteiras e interface dos saberes. Ao avaliar questões psicológicas que demandam procedimentos jurídicos, o psicólogo deverá se

apropriar das técnicas psicológicas para se posicionar, apresentar as particularidades psicológicas, sem ser maniqueísta, mas decodificar a demanda e não ser somente um instrumental do processo.

Outra questão discutida foi sobre o sigilo entre o perito e os jurisdicionados. Deve-se ter a clareza que, apesar do trabalho do psicólogo judiciário ser provocado a partir de uma determinação judicial, não se deve perder de vista que o usuário é quem deve ser atendido, guardando-se o sigilo das informações que não se referem ao objeto de estudo da avaliação.

Assim, pretende-se garantir uma visão que busca a garantia de direitos e do acesso às políticas públicas, ao contrário da visão adversarial e punitiva (de responsabilização) da área do Direito.

Concluiu-se ainda que faz parte da atuação do psicólogo na Vara de Família mediar os conflitos que se apresentam, a fim de buscar uma melhor interlocução entre as partes que estão em litígio e que por vezes não se atentam para o melhor interesse da criança envolvida.

Por fim, foi levantada a tendência atual de judicialização dos conflitos, banalizando-se a justiça e denotando a dificuldade de se lidar com o que é próprio do humano e das relações. As representantes do CRP esclareceram que esta interlocução com a AASPTJ-SP se manterá aberta para que se possa afinar as questões éticas e técnicas da atuação dos psicólogos judiciários do TJ-SP no decorrer desta gestão, subsidiando as pesquisas do CREPOP e da parceria com o Conselho.

Diretoria da AASPTJ-SP visita Bauru

A Diretoria da AASPTJ-SP em continuidade ao programa de visitas às comarcas do interior, estará em Bauru no próximo dia 18 de julho. O objetivo do encontro é o de promover discussões sobre condições de trabalho e assuntos pertinentes à profissão. Convidamos todos os associados de Bauru e região a participarem!

Data: 18 de julho (segunda-feira)

Horário: 9h30

Local: Sede Regional da Associação do Ministério Público - Rua Silva Jardim nº 2 – 17, 1º andar – Bauru-SP

Pauta:

- Conhecer de forma mais direta a realidade de trabalho dos profissionais
- Apresentar as ações que vem sendo realizadas pela Associação em prol de melhorias das condições de trabalho e de questões técnicas;
- Estimular a reflexão dos profissionais sobre temas que se apresentam no cotidiano de trabalho tais como: as perícias em Vara de Família, o

- depoimento especial de crianças e adolescentes vitimizados e a judicialização dos conflitos;
- Outros assuntos de interesse dos profissionais.

O SUAS é lei

Após aprovação pela Câmara Federal e pelo Senado do Projeto de Lei de autoria do Executivo, a presidenta Dilma Rousseff sancionou no último dia 6, o PLC SUAS 189/2010, que transforma o Sistema Único de Assistência Social - SUAS em garantia legal.

Embora vigore na prática desde 2005 (NOB/SUAS), por resolução do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), somente agora ganha institucionalidade formal como dever do Estado e direito reclamável pela população, que vem demandando crescentemente serviços e benefícios públicos de assistência social por meio dos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS e Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, que estão sendo implantados por todo território nacional.

Este projeto, agora transformado em lei, complementa a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), instituindo o SUAS como sistema de gestão pública da Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), descentralizada e participativa, com base na pactuação federativa e no co-financiamento federal, embora não haja ainda uma definição de patamares mínimos de recursos a serem garantidos, a exemplo da Saúde e da Educação.

Integra ainda este Sistema de gestão a exigência de controle social, por meio de Conselhos e Conferências de assistência social, e o monitoramento e a avaliação das ações, indispensáveis para conferir níveis de qualidade e de escala requeridos ao funcionamento do SUAS. A transformação que a política de assistência social vem atravessando nesses últimos ganha inegavelmente, com a lei que institui o SUAS, novas possibilidades legais e institucionais de adensar a intervenção pública nos três níveis de governo, com base nessa nova institucionalidade da assistência social. Além disso, as demandas relacionadas à organização e gestão do trabalho poderão ser mais amplamente debatidas, e exigidas dos dirigentes institucionais - estatais e privados -, condições materiais, físicas e financeiras, além dos meios e instrumentos necessários ao adequado exercício profissional no SUAS. Nesses termos, mesmo que a letra da lei não seja garantia automática de efetivação concreta do seu conteúdo normativo, contamos agora com maiores condições políticas de avançar na perspectiva de continuar trilhando o caminho da efetivação da assistência social como campo de garantia de direitos para o conjunto da população brasileira.

Raquel Raichelis, coordenadora do curso de pós-graduação em Serviço Social da PUC-SP

Carta de despedida: Dayse Cesar Bernardi

No último Boletim Eletrônico, divulgamos a aposentadoria da psicóloga, associada e ex-presidente da AASPTJ-SP Dayse Cesar Bernardi. No BEL de hoje, encaminhamos a todos sua carta de despedida:

Aos colegas das equipes interprofissionais do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e da AASPTJ-SP:

Hoje, dia 30 de junho de 2011, quinta-feira, recebi a notícia de que minha aposentadoria foi publicada no D.O. Isso é, estou de saída, posso ir embora e quero me despedir.

Sabia que iria acontecer, mas, não que seria hoje. Sinto-me diante do final de um longo túnel que me encaminhou para uma saída desconhecida.

Ignoro o que haverá nesse espaço a ser descoberto e como fazer a travessia, mas, descubro que não a farei sozinha, porque muito de vocês estão comigo. Sinto que fazem parte de mim, que me compõem e que me preenchem de boas lembranças, de muitas descobertas e perdas.

Descubro que meu desejo é comungar com as colegas que conheci pelo Estado a fora, com as amigas que fiz e, com algumas que perdi, esse intenso momento de passagem da vida.

Chegou a hora da despedida de um ciclo que, tive o privilégio de viver com vocês, companheiros de viagem, de lutas, de sonhos e de trabalho.

Nesses últimos anos, participei da construção de um novo espaço de ação, reflexão, e planejamento da Justiça da Infância e da Juventude no Estado. Nele, enfatizei a necessidade da Coordenadoria ter uma equipe interdisciplinar própria, pois, acredito que, principalmente nesse âmbito de trabalho, as decisões precisam ser cunhadas no paradigma interdisciplinar, construindo relações mais horizontalizadas, capazes de sustentar transformações de ideias, valores e práticas.

Nesse contexto, a Coordenadoria da Infância e Juventude, enquanto um órgão da Presidência do TJ foi e está se estruturando devagar, para oferecer um trabalho articulado e cuidadoso.

Suas ações são complementares ao trabalho realizado pelo Núcleo de Apoio Profissional de Serviço Social e Psicologia, ligado à Corregedoria-Geral da Justiça. Ambos, espaços de decisão e de consolidação do projeto de nossas profissões no âmbito do Poder Judiciário.

Nesse tempo de Coordenadoria da Infância e da Juventude, fui aprendendo aos poucos como participar, como abrir espaço para que nossas categorias profissionais pudessem ser integradas a novos trabalhos de planejamento, pesquisa, capacitação continuada, construção de conhecimento e de respostas às problemáticas que assolam nosso cotidiano de limitações, entraves,

dificuldades. A Coordenadoria é um centro de planejamento e de decisões que visa desencadear ações transformadoras da Justiça da Infância e da Juventude, com base nos paradigmas dos direitos humanos. Um espaço importante para pautar questões fundamentais da interdisciplinaridade do nosso exercício profissional no Sistema de Garantias.

Nesse período, foi possível alargar espaços de participação, estreitar parcerias, ampliar o diálogo e, reforçar a necessidade de um projeto político-profissional que nos permita participar de decisões que nos incluam como parceiros na construção de alternativas para o cotidiano.

A estrada se fez e foi caminhada... Chegou ao final, com bifurcações que me convidam a pensar numa vida nova. Quero muito caminhar de tênis por aí, sentar na sombra das árvores e fazer das pedras que encontrar bancos para sentar e, deixar os olhos descobrirem o entardecer...

Deixo a Coordenadoria feliz porque o objetivo dela contar com uma equipe própria foi alcançado. O Núcleo de Apoio Profissional de Serviço Social e de Psicologia passou a integrá-la sob coordenação da colega Ana Christina de Moura. Desejo muita sorte à equipe nesse espaço e que, ele possa ser acolhedor e encorajador permitindo avançar no trabalho iniciado.

Despeço-me da rotina da instituição e não dos compromissos políticos com nossa profissão, dos elos de amizade e respeito que me unem aos colegas de trabalho e de história.

Espero que possamos compartilhar amizade, música, alegria, beleza e as memórias que se fazem boas para contar...

Deixo de lembrança para os colegas, na Biblioteca da Associação, dois textos recém-publicados pelo Conselho Federal de Psicologia¹ que, espero, contribuam para que a categoria busque debater e construir, com reflexão e desejo, práticas transformadoras do cotidiano institucional, das relações ainda tão verticalizadas, dos diálogos surdos, da falta de esperança.

Ainda acredito que não podemos esmorecer e, que lutar contra as forças hegemônicas desse nosso tempo continua sendo um imenso desafio. Quando algumas colegas se aposentaram, eu fiquei imaginando como elas se

¹ Referências Técnicas para atuação do Psicólogo em Varas de Família. - Conselho Federal de Psicologia. - Brasília: CFP, 2010.

Disponível em:

<http://crepop.pol.org.br/novo/wp-content/uploads/2011/01/ReferenciaAtua%C3%A7%C3%A3oVarasFamilia.pdf>

Acesso em: 22/06/2011.

Psicologia em interface com a Justiça e os Direitos Humanos.

Conselho Federal de Psicologia. Brasília-DF: CFP, 2011. Disponível em

<http://www.pol.org.br/pol/cms/pol/publicacoes/> Acesso em: 22/06/2011

sentiam com essa mudança. Acho que não consegui avaliar bem, o quão é forte! Até porque, para cada pessoa esse momento tem um sentido próprio. Para mim, está sendo a oportunidade de fechar caixas e abrir caminhos. É o início uma nova passagem da vida na qual, desejo aprender a trilhar com mais sabedoria, serenidade e muita paz.

Aposentar parecer ser um momento ótimo para se fazer um balanço da vida que foi vivida - é hora de respeitar o ritmo das próprias mudanças, usar o conhecimento para fazer novas perguntas e se descobrir andarilho nas zonas cinzentas do esquecimento.

Parto com um sentimento de que ainda há muito por se fazer e, que eu tive a rara oportunidade de amar meu trabalho e me dedicar por inteiro aos movimentos que construímos juntos ao longo desse tempo. Espero abrir espaço para saudade e, com ela voltar a ter poesia.

Com certeza, as lembranças do tempo em que integrei as diretorias eleitas da AASPTJ-SP são as mais candentes, fazem minha história e minha memória. Houve o tempo do Mezanino na AOJESP, o tempo do primeiro aluguel, da compra da sede, de Um Novo Tempo, e da Manhã Desejada.

Agradeço a quem confiou e a quem não confiou em mim.

Hoje sei que a confiança é filha do diálogo e mãe das ações conjugadas com sabedoria, simplicidade, respeito, solidariedade e, sobretudo bem-querer.

Com profundo sentimento de amor, ofereço e peço um abraço coletivo enorme, num círculo reparador, afetivo, colorido, próximo.

Que as linhas da vida se cruzem, aconteçam, façam encontros, cartografias de desejo e liberdade.

Estarei por aí, já com saudade.

Com muito carinho da colega e amiga,
Dayse Cesar Franco Bernardi

CNJ também fará mutirão em SP para livrar presos

Reportagem do jornal O Estado de S.Paulo do dia 22 de junho fala que O mutirão feito pelo Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) para avaliar a situação dos presos do Estado será seguido de um trabalho maior comandado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Durante cinco meses, o CNJ vai analisar se os condenados já têm direito a progredir de regime ou a benefícios, como liberdade condicional.

Dados do Tribunal de Justiça mostram que 1.972 detentos voltaram às ruas entre os dias 3 de maio e 15 de junho. Esses presos já faziam jus aos benefícios previstos na lei e a prisão, portanto, estava irregular.

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Cezar Peluso, atribuiu essa situação ao número de processos em tramitação no Estado. Ele avaliou como positiva a decisão do TJ de iniciar a revisão dos processos antes da ação do CNJ, mas disse que o tribunal não dará conta de rever todos os processos.

A liberação desses presos em São Paulo ajuda a reduzir o déficit de vagas no regime semiaberto - faltam 7 mil vagas no Estado. Essa foi uma das razões que levaram o TJ a acelerar o ritmo de análise dos processos.

Comentário

E o mutirão pela Sociedade e pelos direitos burlados dos trabalhadores dos órgãos públicos?

Inquestionavelmente, uma ação nesses moldes é muito necessária, mas não podemos deixar de questionar os fatos e as responsabilidades negligenciadas que levaram o sistema prisional a essa condição.

Quando vemos um mutirão para garantir o direito de liberdade dos presos, também nos reportamos a outras perguntas: como está a condição de trabalho do funcionário do sistema prisional? Seu salário? Sua carga horária? Seus direitos?

Um dia será feito um mutirão para cobrar do TJ-SP, por exemplo, os pagamentos de férias, licença-prêmio e FAM devidos aos funcionários? E os precatórios (calote legalizado dado pelo governo paulista): um dia teremos um mutirão para cumpri-los devidamente?

Certamente, muitos dirão que os temas não poderão ser contemplados e não é o escopo do CNJ, mas se vemos, temos e sofremos a injustiça e o desrespeito aos nossos direitos e, os TJs que deveriam nos proteger e agirem em cumprimento da Lei não o fazem, a quem então devemos recorrer?

As “ações” políticas estão cada vez mais dando menos atenção às questões da Educação, Saúde, Segurança, enfim, aos conteúdos básicos e essências que evitariam a superlotação nos presídios; as questões éticas que deveriam ser o carro chefe nas falas e ações dos nossos governantes vêm a cada novo episódio, sendo preteridas pelo dinheiro, pelo poder e conchavos que propicie o ganho de cargos de destaque, logo, não podemos num ato reducionista, culpar e responsabilizar apenas um lado do caos instalado.

Quando vemos ações como esta sendo deflagradas por membros do Poder Judiciário e, as questões verdadeiramente causadoras da crise sendo deliberadamente “esquecidas”, lamentamos e, ainda mais, nos vemos numa perspectiva pessimista de quase morte social, moral e institucional; o desespero nos cega para uma solução justa e coletiva diante de tanta indolência para com a Justiça.

Combater as causas e origens das crises sociais e institucionais é algo não mais praticado pelos nossos governantes. A visão justa que desconsideraria a classe, o posto e o cargo do transgressor teria e deveria ser aplicada diante da

imparcialidade da Justiça, mas na perversa administração pública sob a qual vivemos (por permissão e omissão da nossa parte), ser imparcial, justo e cumpridor das Leis, tornou-se algo impraticável, mesmo para os TJs do País.

Por isso, lermos que mutirões são feitos para esvaziar os presídios e nada é dito ou citado sobre as verdadeiras causas dessa superlotação e o quanto os serviços e os trabalhadores dos órgãos públicos continuam num processo crescente de desrespeito e sucateamento. Temos de nos rebelar com essa atual política e reconhecemos cada vez mais a nossa importância e significado social, resgatando a dignidade que eles insistem em dizer que não temos; a atuação que eles dizem ser desordenada e a complacência inerte que eles dizem ser “ordeira” para que eles possam “fazer o melhor para nosso País”.

Diante desse lamentável contexto, o retorno ou o resgate de alguma ação verdadeiramente justa, que venha a beneficiar o social, que não seja e não tenha mais uma vez um cunho “politiqueiro” e que atenda ao coletivo de forma igualitária, é algo tão além de nossa prática, rotina e crença, que beira a utopia.

A deliberada negligência e abandono administrativo dos órgãos públicos vêm se ratificando e, a derradeira pergunta que nos fazemos é: Qual será o limite dessa massacrada e abandonada população que, além de pagar pelos corruptos, cada vez mais testemunha a degradação dos órgãos que paga e, que deveria atendê-la?

Paulo Eduardo Bezerra, segundo secretário

Eventos

Seminário: CRIANÇA, VIOLÊNCIA E PROTEÇÃO DE DIREITOS

Data: 26 de julho (terça-feira)

Horário: das 8h às 18h

Local: Teatro Tuca – PUC-SP

Informações: Cortez Editora: (11) 3611-9616

Associado da AASPTJ-SP tem desconto. [Inscreva-se aqui!](#)

X Congresso Internacional de Saúde Mental e Direitos Humanos – Buenos Aires

Data: 17 a 20 de novembro

Local: Universidad Popular Madres de Plaza de Mayo – Buenos Aires -
Argentina

Informações: universidad@madres.org

10º CONGRESO INTERNACIONAL DE SALUD MENTAL Y DERECHOS HUMANOS

17 al 20 de Noviembre de 2011



"Praxis de inclusión, subjetivación y ciudadanía"

EJES

- **Salud, Educación y Trabajo.**
- **Subjetividades insurgentes, inclusión y autogestión.**
 - **Salud Pública, Salud Mental y Derechos Humanos:** inclusión, ciudadanía y transformaciones.
 - **Violencias, encierros, rehabilitación?**
 - **Medios de comunicación y Monopolios:** la voz de la subjetividad alienada.
- **Instituciones, grupos y sujetos:** entre lo instituido y lo instituyente.
 - **Las Clínicas:** prácticas de normalización, praxis de subjetivación.
- **Afirmación de Derechos y Multiplicidad.**
 - **Psicoanálisis:** elucidación, repetición.
 - **Intervenciones Clínicas:** el sujeto y las lógicas colectivas.
 - **Lo grupal, contexto y sujeto en situación.**

V Foro de Salud Colectiva, Salud Mental y Derechos Humanos
VIII Encuentro de Lucha Antimanicomial - VI Encuentro Internacional de Detenidos en Movimiento
II Foro Internacional de Niñez y Adolescencia
II Encuentro de Arte, Desmanicomialización y Derechos Humanos



UNIVERSIDAD POPULAR MADRES DE PLAZA DE MAYO
Construcción colectiva del conocimiento y la liberación
Hipólito Yrigoyen 1584 - Ciudad Autónoma de Buenos Aires
universidad@madres.org | www.madres.org/upmpm | Tel: 4384-8693

Lançamento do dossiê "O mundo contemporâneo do trabalho e a saúde mental do Trabalhador - I e II"

Data: 04 de agosto

Horário: das 8h30 às 17h

Local: Fundacentro – Rua Capote Valente, 710 – Pinheiros -SP
Informações: (11) 3066-6323; 3066-6132

Revista Brasileira de Saúde Ocupacional (RBSO)
Fundacentro

Lançamento do dossiê
"O mundo contemporâneo do trabalho
e a saúde mental do trabalhador – I e II"

Quando?
dia 04/08/2011
8h30 às 17h

Onde?
Fundacentro
R. Capote Valente, 710
Pinheiros, São Paulo

Informações
Fundacentro
Serviço de Eventos
Suzy e Talitha
11 3066.6323
11 3066.6132
www.fundacentro.gov.br

Programação

8:30h - 9:00h
ABERTURA:
Representantes da RBSO e Fundacentro

9:00h - 9:30h
APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ "O mundo contemporâneo do trabalho e a saúde mental do trabalhador", volumes I e II"
Maria Maeno e Mina Kato: Pesquisadoras da Fundacentro;
Co-editoras do dossiê temático

9:30h às 12:30h
CONFERÊNCIA E DEBATE
"Contextualização histórica da Saúde Mental do Trabalhador"
Conferencistas:
Edith Seligmann-Silva - Docente aposentada da Faculdade de Medicina da USP; Co-editora do dossiê temático
Tania Maria de Almeida Franco - Pesquisadora do Centro de Recursos Humanos da Universidade Federal da Bahia - CRH/FCH/UFBÁ

Coordenação de mesa:
Elsabete Borgianni - Presidente da Associação de Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo; Assessora Editorial da Cortez Editora

14:00h às 17:00h
MESA REDONDA:
"A atenção à saúde mental relacionada ao trabalho no SUS: desafios e possibilidades"
Expositora:
Andréia De Conto Garbin - Coordenadora da Divisão de Saúde do Trabalhador e Ambiental da Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo

Debatadores:
Roberto Tykanori Kinoshita - Coordenador de Saúde Mental do Ministério da Saúde
Carlos Augusto Vaz de Souza - Coordenador Geral da Saúde do Trabalhador do Ministério da Saúde - CGSAT/MS

Mediadora:
Marcia Hespagnol Bernardo - Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da PUC-Campinas; Co-editora do dossiê temático

A Política Editorial da RBSO expressa que o periódico destina-se à difusão de artigos técnico-científicos sobre Segurança e Saúde do Trabalhador (SST) cujo conteúdo venha a contribuir para o entendimento e a melhoria das condições de trabalho, para a prevenção de acidentes e doenças do trabalho e para subsidiar a discussão e a definição de políticas públicas relacionadas ao tema. Nesse sentido, a publicação de dossiês contemplando contribuições sistematizadas em assuntos relevantes e atuais possibilita estimular e aprofundar essa discussão.

Objetivos do evento:
- Divulgar o dossiê temático publicado pela RBSO.
- Contribuir com a discussão sobre políticas públicas em Saúde Mental do Trabalhador.

Público alvo:
Pesquisadores; profissionais da área de Saúde do Trabalhador e Saúde Mental, de órgãos da Saúde, do Trabalho e da Previdência Social, de fiscalização e vigilância em ambientes de trabalho, de recursos humanos, da área jurídica; organizações de trabalhadores e representantes de conselhos de órgãos da Saúde, do Trabalho e da Previdência Social.

Coordenação Técnica:
Maria Maeno/Mina Kato – Fundacentro

Apoio Logístico:
Cláudia Marchiano, Suzi Saes e Talitha Ribeiro

Realização:

RBSO SAUDE OCUPACIONAL
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
FUNDACENTRO
MTE Trabalho e Emprego
GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAIS RICO E PAIS SEM FOME

Convênios

PROMOÇÃO DE FÉRIAS

Descanse com sua família nos melhores hotéis!



Grinberg's Village Hotel - Socorro
10% de desconto

Endereço: Estrada da Pompéia, 210
Bairro: Pompéia
Telefone: (19) - 3895-2909

Site: www.grinbergsvillagehotel.tur.br

Pousada Villa Alferes - Tiradentes (MG)
10% de desconto

Endereço: Rua Joaquim Elizário Dias, 230
Bairro: Parque das Abelhas
Telefone: (32) - 3355-1752
Site: www.villaalferes.com.br



EXPEDIENTE

**AASPTJ-SP – Associação dos Assistentes
Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça
do Estado de São Paulo**

Diretoria: Presidente – Elisabete Borgianni, Vice-presidente – Maria Helena Corrêa, – 1ª Secretária – Eunice Teresinha Fávero, 2º Secretário – Paulo Eduardo Bezerra, 1ª Tesoureira – Esther Akemi Kavano Katayama, 2ª Tesoureira – Mônica de Lurdes Leoni Carteiro,

Conselho Fiscal: Mônica Giacomini, Margarida Maria Buosi
Suplentes: Catarina Volic e Magda Melão

Conselho Editorial: Eunice Teresinha Fávero, Mônica Giacomini, Paulo Eduardo Bezerra e Ana Carolina Rios

Redação e edição: ACRL Comunicação
Jornalista responsável: Ana Carolina Rios (Mtb 35.875-SP)

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos seus autores, não representando necessariamente a opinião do responsável pelo boletim e da Diretoria da AASPTJ-SP.